

OPINÃO



Márcio Reinheimer
Editor de Política
(51) 9.8169.5392

CENÁRIO POLÍTICO

Demissão na Guarda História de injustiças

Essa é uma história de ilustres, de demonstrações de poder e de quebra de hierarquia. Mas, principalmente, essa é uma história de injustiças. Sem-na passada, o prefeito Kadu Müller convocou o chefe da Guarda Municipal, Humberto Alencar Minko Reinhardt, que estava no cargo desde janeiro de 2018. O afastamento foi comunicado em entrevista coletiva à imprensa pelo secretário municipal de Administração, Edmar Borges Machado, que também havia sido responsável pela sua nomeação. Os dois foram companheiros de turma na Brigada Militar. Borges viu cotado e Minko tentou quando passou para a reserva. O motivo alegado: o chefe da Guarda teria cometido um erro ao realizar uma operação de transferência de poderes na RSC-287, em 22 de março. E não só isso: depois de a Administração Municipal reconhecer que aquilo foi um equívoco, Minko esteve na Câmara e defendeu a ação. Soou como insubordinação: algo que, na corporação, é inadmissível, mas, na Política, é um movimento no tabuleiro. Porém, a verdade não é tão simples.



Pergunta

Tudo começou no dia 13 de março, quando o vereador Erick Veltin fez um pedido de informações ao Executivo. Quer saber se existe alguma possibilidade de a Guarda atuar em conjunto com a Polícia Rodoviária Estadual na travessa de pedestres na RSC-287 nos momentos de pico. Na mesma noite, os vereadores Talis Ferreira (PP) e Rose Almeida (PSD) criticaram a ideia, alegando que a função da Guarda é de segurança patrimonial, ou seja, que se restringe a cuidar dos prédios públicos.

Apenas um "ensaião"

Antes que a Prefeitura pudesse responder, a Guarda fez um "ensaião", dia 22 de março, no bairro Passagem. Em parceria com a Polícia Rodoviária Estadual, ajudou alunos das escolas Vitor Belian e AJ Renner a retornarem em segurança para casa, do outro lado da rodovia. O vereador Talis viu a operação e cobrou uma posição do prefeito através de mais um pedido de informações, assinado em parceria com o vereador Rose e protocolado no dia 4 de abril.

Especialista

Com a potência instalada, no dia 10 de abril, Borges concedeu uma entrevista ao Jornal Ibiá, garantindo que a atuação da Guarda leve sempre legal, pois existe um convênio entre o Município e o Estado, que legitima operações conjuntas. Está no artigo 9º parágrafo 13. Apenas ponderou que não seria possível esperar a ação porque tanto a GM quanto a PJE não tinham efetivo. Caso Borges foi comandante do pelotão de trânsito e costuma ser citado como uma das maiores autoridades do Estado no assunto, a discussão parecia encerrada.

Mesmas respostas

Uma semana depois, em 17 de abril, o prefeito Kadu respondeu ao pedido de informações do vereador Erick Veltin, dizendo que a Guarda não tinha condições de fazer a travessia diariamente, mas que a atividade do dia 22, no Passagem, estava legitimamente amparada por um convênio entre o Município e o governo do Estado, através da Secretaria de Segurança. Em 3 de maio, o chefe do Executivo repetiu a mesma versão na resposta que enviaram ao questionamento dos vereadores Talis e Rose.

Discurso único

Aí se entia, o governo demonstrava coesão. Todos usavam o mesmo discurso, como um mantra. Na segunda-feira passada, dia 6, ocorreu uma reunião na Câmara, ainda sobre o mesmo tema. O tenente Minko, chefe da Guarda, repetiu a mesma história: a preparação após o dia 10, mas não pode fazer novas operações por falta de efetivo. E foi aí que o calde começou a desmoronar.

Teatro

Como o vereador Talis, desde o início, havia contestado a legitimidade da Guarda para fazer a travessia e via seu ponto de vista derrotado pelas declarações públicas do prefeito, do secretário Borges e agora do chefe da corporação, ele resolveu agir. Ainda no dia 6, redigiu um documento renunciando ao cargo de líder do governo na Câmara, deixando subentendida a possibilidade de ir para a oposição. Ao mesmo tempo "se não é do meu jeito, não brinco mais", fez birra e acabou levando. Em 48h, Borges e o prefeito mudaram o discurso, assumindo que teriam cometido um equívoco, e desmentiram Minko que, pelo jeito, não quis participar do teatro.

Demonstração de força

Uma rápida análise das datas e dos documentos apresentados pelo governo e pelo agora ex-comandante da Guarda mostra que não houve qualquer tipo de equívoco. O que aconteceu foi nada mais do que uma demonstração de força. O vereador Talis sabe da importância de um voto para garantir a estabilidade do governo Kadu e resolveu testar seu poder. Provou que realmente dá as cartas, a ponto de fazer o chefe do Executivo e um de seus principais secretários se curvarem a sua vontade. O mais frustrante disso tudo é que a única pessoa que tentou fazer algo para tentar a travessia da RSC-287 mais segura foi oferecida em sacrifício no altar da velha política. Lamentável!

Dois pesos e duas medidas

Caso o argumento usado pelo governo para justificar a exoneração do ex-tenente Minko fosse verdadeiro, seria justo argumentar que, antes dele, deveria ter sido demitido o secretário de Administração. E o próprio prefeito deveria ter renunciado ao cargo. Afinal, se a legislação formal interpretada, os dois também se argumentam, como demonstram as correspondências ao Legislativo e as entrevistas concedidas à imprensa, não só ao Ibiá, mas também a outros jornais e emissoras de rádio. Na Política, porém, as regras são diferentes e a corda SEMPRE arrebenta no lado mais fraco.

Sinais

Ao ceder à pressão do ex-líder de governo, o prefeito Kadu e seus assessores mais próximos podem até ter garantido a manutenção no poder, embora tenham mantido um sinal para que outros "aliados" agissem da mesma forma no futuro. Por outro lado, deixamos muito claro que perduram as rixas da Administração e uma boa parcela do respeito que ainda tinham junto ao cidadão moçoengueiro. As vezes, é preciso ter coragem para fazer o certo, mesmo que envolva grandes riscos e o preço seja muito alto. No fundo, cada um escolhe como deseja entrar para a história.

RAPIDINHAS

→ Erick Veltin acha que o Cenário Político se origina dentro com os rumos que suas escolhas (nem eu deitaram do voltar e que o melhor seria voltar ao estrado do interior. Ok, mas dá aí: é verdade que o senhor não foi à medida sobre da semana anterior por que não quis de ser tenente e gravado?

→ Com a demissão do tenente Minko, há fortes indícios de que a Guarda Municipal volte a ser comandada por Cláudio Edson Pereira.

→ Ex-vereadora Iria Camargo não apenas votou no PDT como está disposta a representar a legenda na disputa pela Prefeitura. Ela também retomou nos microfones da Rádio America, onde também tem alguns programas suspensos.

→ Vereador Joel Kerber (Progressista) está convencido de que existe uma "conspiração para derrubar o prefeito Kadu". Não temia!

→ Vereador Junior da Silva (PTB) entrou com o vice-governador e secretário de Segurança, Renato Vieira Junior, na semana passada, pedindo redução nos efetivos da Brigada Militar e da Polícia Civil. Orenas!

→ A Câmara Municipal, quando o prefeito Kadu assinou o afastamento de alguns partidos na Administração, antigos companheiros lembram que Ari Müller foi uma das principais vozes contrárias à saída do PDT no governo.

→ Já são 21 os atos em dez ações criminais resultantes da Operação Ibiá. Mas o número pode aumentar.

Chapa toda

O vereador Valdeci Alves de Castro (PSB) acha que a Câmara poderia ser em 2017, por não ter cassado logo a chapa toda (Almeida e Kadu). E, no entanto, uma observação curiosa virou do antigo vereador que, na época, foi contrário ao impeachment. Além disso, até as reuniões do prédio do Legislativo, na beira do Rio, sabem que ele só foi para a oposição porque não ganhou o cargo de secretário de Viação e Serviços Urbanos.

Prova - Também é importante lembrar que se cobrir a cassação da chapa inteira se o então vice-prefeito optasse por não fazer denúncias de fraude que levaram ao impeachment. Por sinal, justiça seja feita: nos cinco processos resultantes da Operação Ibiá, o nome de Carlos Eduardo Müller não é citado.